

Encargos da dívida representam já 70% do déficit de caixa

por Jurema Baesse
de Brasília

O déficit de caixa das autoridades monetárias — Banco Central (BC) e Banco do Brasil (BB) atingiu Cr\$ 7,7 trilhões no mês de novembro, em comparação com Cr\$ 6,9 trilhões registrados em outubro. Isso significa que o Banco Central e o Banco do Brasil tiveram de gastar Cr\$ 7,7 trilhões para cobrir os gastos de responsabilidade do governo federal no mês passado.

Com o resultado verificado em novembro, o déficit acumulado nos primeiros onze meses do ano elevou-se de Cr\$ 54,810 trilhões para Cr\$ 62,552 trilhões. O mais surpreendente destes números, segundo indicou o diretor do Departamento Econômico do BC, Sílvio Rodrigues Alves, é o fato de que todo o déficit referente a operações de responsabilidade do setor público (70,8% do total de Cr\$ 62,552 trilhões) é composto por encargos financeiros.

DÍVIDAS PASSADAS

"Ou seja", comentou Rodrigues Alves, "se o governo não tivesse de pagar dívidas passadas, ele seria superavitário. O governo não está gastando nada de novo, apenas pagando débitos anteriormente assumi-

dos." Os encargos financeiros acumulados de janeiro a novembro alcançaram Cr\$ 45,8 trilhões, isto é, ainda superaram o déficit de responsabilidade do setor público verificado, que foi de Cr\$ 44,3 trilhões.

A despesa com encargos da dívida (Cr\$ 45,8 trilhões), tanto interna quanto externa, explica integralmente as pressões de caixa do setor público, que, em suas demais operações, se apresentou superavitário em Cr\$ 1,5 trilhão. Nas relações das autoridades monetárias com o setor privado verificou-se um superávit líquido de Cr\$ 900 bilhões, o que mostra que o setor privado, nestas operações financeiras, pagou mais de juros e amortizações do que recebeu de recursos, explicou o diretor do Departamento Econômico do BC.

De janeiro a novembro, os encargos financeiros do setor público estão divididos da seguinte forma: do total de Cr\$ 45,8 trilhões, Cr\$ 17,7 trilhões são referentes a encargos da dívida mobiliária federal interna, incluindo juros, deságios, comissões e acréscimos pela diferença entre as correções monetária e cambial dos títulos resgatados. Mais Cr\$ 15,4 trilhões referem-se a encargos fi-

nanceiros externos pagos diretamente pelo Banco Central, e o restante, Cr\$ 12,7 trilhões, foi calculado com base nos fluxos de financiamento externo e utilização dos avisos GB 588 e MF 30 (linhas pelas quais o Banco do Brasil honra dívidas não pagas no exterior, tanto de estatais quanto de estados e municípios).

A nota acrescenta que cerca de 52% do serviço da dívida externa refere-se a encargos financeiros.

TÍTULOS PÚBLICOS

No mês passado, a dívida pública apresentou uma redução real de 0,5%, possibilitando que o saldo da dívida pública acumulado em doze meses caísse de 61,7 para 50,8%. Isso indica que o governo está preferindo financiar o seu déficit pela emissão de dinheiro em vez de colocar títulos. Em novembro, a rolagem da dívida gerou um impacto de Cr\$ 3,282 trilhões, e a captação líquida de recursos (venda de título além da rolagem) foi de Cr\$ 1,644 trilhão, diante dos Cr\$ 8,8 trilhões verificados em outubro.

E a quinta vez que a dívida pública apresenta ligeiro declínio real. Até julho, o saldo da dívida pública havia crescido, em termos reais, 86,2%. A dívida mobiliária, fora das autorida-

des monetárias, cresceu de Cr\$ 58,410 trilhões, em janeiro, para Cr\$ 218,575 trilhões. Deste total, Cr\$ 204,1 trilhões são de ORTN e Cr\$ 14,5 trilhões, de LTN.

AJUSTE DA PREVIDÊNCIA

Em termos positivos, do lado do setor público a Previdência Social apresentou o melhor desempenho. No mês passado, a Previdência obteve um superávit de Cr\$ 676 bilhões, o que elevou o seu superávit a Cr\$ 3,577 trilhões. Estes recursos são suficientes para que a Previdência pague o que deve ao Banco do Brasil (Cr\$ 2,466 trilhões no período) e ainda fique com um superávit. Para isto, explicou Alves, bastaria que a Previdência reduzisse a sua aplicação em títulos públicos federais (Cr\$ 5,9 trilhões de janeiro a novembro). E as empresas estatais superavitárias aplicaram em títulos públicos federais, em novembro, Cr\$ 1,109 trilhão. Apesar disso, as empresas estatais, de um modo global, tiveram de recorrer ao aviso GB 588 e MF 30 em Cr\$ 2,288 trilhões.

A expectativa do diretor do Banco Central é de que o déficit de caixa, até o final do ano, fique dentro da estimativa de Cr\$ 72 trilhões.